



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
CURSO DE CIÊNCIA POLÍTICA

VINÍCIUS LOPES MACHADO

**Bancada Evangélica, Nova Direita e Constituição: uma análise das propostas  
de emenda**

Recife

2024

VINÍCIUS LOPES MACHADO

**Bancada Evangélica, Nova Direita e Constituição: uma análise das propostas  
de emenda**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Ciência Política  
da Universidade Federal de Pernambuco,  
como requisito parcial para obtenção do  
título de Bacharel em Ciência Política

Orientadora: Gabriela da Silva Tarouco

Recife  
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Machado, Vinícius Lopes.

Bancada Evangélica, Nova Direita e Constituição: uma análise das  
propostas de emenda / Vinícius Lopes Machado. - Recife, 2024.  
37 p.

Orientador(a): Gabriela da Silva Tarouco  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciência Política, 2024.  
Inclui referências.

1. Nova Direita. 2. Bancada Evangélica. 3. Protestantismo. 4. Agenda  
Constitucional. I. Tarouco, Gabriela da Silva. (Orientação). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

VINÍCIUS LOPES MACHADO

**Bancada Evangélica, Nova Direita e Constituição: uma análise das propostas de emenda**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciência Política.

Aprovado em: 21/10/2024

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 **GABRIELA DA SILVA TAROUÇO**  
Data: 25/11/2024 19:07:24-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Gabriela da Silva Tarouco  
(Orientadora) Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente  
 **MARIANA BATISTA DA SILVA**  
Data: 05/12/2024 11:21:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Mariana Batista da Silva  
(Examinadora Interna) Universidade Federal de Pernambuco

Documento assinado digitalmente  
 **MARIO VICTOR VERAS DE ALMEIDA**  
Data: 27/11/2024 06:47:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Mário Victor Veras de Almeida  
(Examinador Externo) Universidade Federal de Pernambuco

Dedico essa monografia à Vera Lúcia Lopes de Sales, que não viveu o suficiente para realizar o sonho de ver o neto formado no ensino superior.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço à professora Gabriela Tarouco por ter me orientado em todos esses meses e que apesar de eu por diversas vezes não cumprir com os prazos, nunca deixou de me incentivar. Não tenho palavras para agradecer a mudança que seus ensinamentos trouxeram para o meu desenvolvimento enquanto profissional.

Agradeço também a minha família por ter me ensinado o poder de mudança que a educação traz, como neto e sobrinho de professoras da rede pública, fui alimentado com leitura enquanto criança e encorajado à busca pela educação.

Agradeço aos meus amigos pois sempre me instigaram a buscar mais, acreditaram em mim e indiretamente me incentivaram a passar por cima das adversidades e concluir o ensino superior. Me resguardo de citar nomes aqui pois felizmente tenho muitos a agradecer.

Agradeço também a Amanda Farias, que além de companheira foi também minha guia, me aconselhando em diversos momentos e segurando minha mão em todos eles.

Além disso, agradeço aos integrantes do grupo de pesquisa Partidos Políticos e Eleições, pelas contribuições feitas ao projeto que originou esse trabalho e pelas trocas de experiências acadêmicas e profissionais, aqui deixo um agradecimento especial à Samilly e Mário que foram grandes atuantes nesse aspecto.

Por último, agradeço a minha gatinha Aurora que dormindo em meu colo por tantas tardes, noites e madrugadas me acompanhou nas rotinas extensas de estudo e pesquisa e fez com que todas elas fossem mais suportáveis.

“Já se disse que a família indígena é composta de pai, mãe, filhos e antropólogo, uma vez que a pesquisa já perturba a realidade nativa. Guardadas as devidas proporções, uma igreja pentecostal hoje é composta de pastores, seguidores, Roberto Marinho, Dom Luciano Mendes e dois ou três cientistas sociais.” (Freston, 1993a)

## RESUMO

Como a Bancada Evangélica incorporou a agenda da nova direita na 56ª legislatura? O presente trabalho tem como objetivo explorar a agenda constitucional da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) entre 2019 e 2022, período em que diversos atores políticos da nova direita apoiados na retórica anti-*stablishment* conquistam o sucesso eleitoral. Foi aplicado um modelo de aprendizagem não supervisionado nas justificativas de Propostas de Emenda à Constituição apresentadas por integrantes da FPE na 56ª legislatura e foi encontrado que os temas mais abordados se concentraram em: I) Mudar as regras do jogo da burocracia estatal; II) Regulação dos gastos públicos; III) Questões Trabalhistas. No entanto, a agenda da Nova Direita não foi abertamente apoiada nas propostas, podendo haver uma adoção implícita em temas não diretamente associados ao conservadorismo ou liberalismo.

**Palavras-chave:** Nova Direita; Bancada Evangélica; Protestantismo, Agenda constitucional.

## ABSTRACT

How the Evangelical parliamentary front incorporated the new Right's agenda in the 56th legislature? This study aims to explore the constitutional agenda of the Evangelical Parliamentary Front (FPE) between 2019 and 2022, a period during which various political actors of the new right, supported by anti-establishment rhetoric, achieved electoral success. A supervised machine learning model was applied to the justifications of Constitutional Amendment Proposals presented by FPE members in the 56th legislature. It was found that the most addressed themes were concentrated in: I) Changing the rules of the state bureaucracy; II) Regulation of public spending; III) Labor issues. However, the new right's agenda was not openly supported in the proposals, and there may be an implicit adoption in themes not directly associated with conservatism or liberalism.

Keywords: New Right; Evangelical Parliamentary Front; Protestantism; Constitutional Agenda.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -	Percentual de PECS apresentadas: 2019 - 2022	27
Gráfico 2 -	Total de Proposições por ano	28
Gráfico 3 -	Percentual de PECS por Partido	29
Gráfico 4 -	Termos mais utilizados pelos deputados nas justificativas das PECS da 56º legislatura	31
Gráfico 5 -	Termos mais utilizados: Bancada Evangélica X Câmara.	33
Gráfico 6 -	Tópicos da Bancada Evangélica	34

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	Assembleia de Deus
BPC	Igreja Brasil Para Cristo
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LDA	Latent Dirichlet Allocation

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 PROTESTANTISMO HISTÓRICO NO BRASIL .....	14
2.1 Protestantismo de Imigração e o Catolicismo.....	14
2.2 O Protestantismo de Missão .....	15
3 O PENTECOSTALISMO: DE “COISA DO SATANÁS” A “IRMÃO VOTA EM IRMÃO” .....	17
3.1 Origens .....	17
3.2 A Primeira Onda Pentecostal (1910).....	17
3.3 A Segunda Onda Pentecostal (1950).....	18
3.4 A Terceira Onda Pentecostal (1970) .....	18
4 A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E A AGENDA CONSERVADORA.....	20
5 A NOVA DIREITA EMERGE NO BRASIL: CONSERVADORISMO E LIBERALISMO.....	22
6 METODOLOGIA.....	24
7 RESULTADOS .....	25
7.1 Estatísticas Descritivas das justificativas das PECS na 56º Legislatura.....	25
7.2 Justificativas da FPE.....	30
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	34
10 REFERÊNCIAS .....	35

## 1 INTRODUÇÃO

Importado dos Estados Unidos, o pentecostalismo surge como um movimento popular que em contraste com o protestantismo histórico, consegue penetrar as classes menos favorecidas no Brasil (Freston, 1993a). Logo, o pentecostalismo ganha capilaridade no país e se fragmenta, as igrejas agem de maneira similar mas com características destoantes, com estratégias diferentes de conquista dos fieis. Baseados na Teologia do Domínio e da Prosperidade, os pentecostais abandonam o posicionamento alheio à política brasileira e veem nela uma oportunidade de defender seus interesses e levar o evangelho adiante em meados de 1970 (Casarões, 2020). Após alguns anos, na Assembleia Constituinte de 1988, é criada informalmente a Frente Parlamentar Evangélica, que no começo do século XXI é regulamentada e passa a focar suas propostas e ações no conservadorismo com a premissa de evitar uma crise moral no país.

Quase simultaneamente, se inicia um movimento empresarial no Brasil, impulsionado pela insatisfação com o governo Geisel. A dita “Campanha Contra a Estatização” espalha no debate público o debate sobre as privatizações no país e o neoliberalismo ganha força financiado pela classe empresarial (Rocha, 2018).

Posteriormente, após grandes escândalos de corrupção do governo do Partido dos Trabalhadores serem televisionados para todo o país, a insatisfação popular fortalece a apreciação pelo senso anti-*stablishment*, fazendo com que diversos atores políticos de partidos antes inexpressivos e movimentos populares prematuros conquistassem o sucesso eleitoral nas eleições de 2018. O destaque desse fenômeno foi o êxito do candidato extremista Jair Bolsonaro na competição à presidência do Brasil (Rocha, 2018).

Na constituinte de 1988, após mais de 20 anos de ditadura militar e em meio à crescente do pentecostalismo e do neoliberalismo, o legislativo reconquista sua capacidade de influenciar o fluxo financeiro do Estado e a formulação de políticas públicas, fazendo com que entender a agenda dos partidos seja importante para compreender as dinâmicas políticas na formulação de programas no Brasil. Portanto, o objetivo do presente trabalho é entender como a Frente Parlamentar Evangélica incorpora a agenda da nova direita na Câmara dos Deputados a partir da análise de conteúdo de propostas de emenda constitucional.

A fim de cumprir esse objetivo, primeiramente exploramos o desenvolvimento histórico do ativismo político dos protestantes históricos e pentecostais no Brasil. Posteriormente analisamos a construção e atuação da FPE na Câmara dos Deputados. Além disso, investigamos o surgimento da nova direita como força política.

Por último, aplicamos o *Latent Dirichlet Allocation* (LDA) nas justificativas de PECs - Propostas de Emenda à Constituição e fazemos uma análise descritiva dos dados. O LDA é um modelo de aprendizado de máquina não supervisionada que nos permite observar a proporcionalidade de temas abordados em cada documento a fim de entender a agenda política da FPE no âmbito da Câmara.

A expectativa era de que a trajetória de aproximação dos evangélicos com a política, ao coincidir com o processo de fortalecimento do legislativo e com o advento da nova direita, se traduzisse em uma atividade propositiva conservadora, pelo menos daqueles deputados vinculados à Frente Parlamentar Evangélica (FPE) que propuseram emendas à constituição recentemente (na última legislatura completa). A análise de conteúdo das justificativas das suas PECs, entretanto, não identificou temas da agenda da nova direita entre os principais tópicos alvo desta atividade constituinte.

## **2 PROTESTANTISMO HISTÓRICO NO BRASIL**

Neste capítulo, exploramos o desenvolvimento histórico das religiões protestantes no Brasil, desde a sua chegada até a construção da Frente Parlamentar Evangélica. Percorremos conceitos cruciais para entender o perfil evangélico nos dias atuais como: Protestantismo de Imigração, Protestantismo de Missão e Pentecostalismo, bem com suas divergências e semelhanças.

### **2.1 Protestantismo de Imigração e o Catolicismo**

O protestantismo foi importado para o Brasil a partir da metade do século XIX, quando protestantes luteranos chegaram no país forçados à imigração por problemas socioeconômicos (Freston, 1993). Nesse período, além da lei ser explícita quanto ao monopólio do catolicismo na política, os protestantes mantinham uma posição apolítica, pois devido à imigração, as questões sociopolíticas do Brasil permaneceram por muito tempo a eles desinteressantes (Freston, 1993). Portanto, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) permanece por muito tempo alheia às questões políticas no Brasil. Tal silêncio é quebrado em meados dos anos 1970 a partir da construção de um pastorado nacional, quando grupos críticos à inércia da IECLB se formaram em protesto às condições dos direitos humanos no país, forçando assim uma tomada de posição da Igreja.

Oliveira e Oliveira (2008) afirmam que a Igreja Católica ao longo do século XX dividia-se entre Conservadores e Progressistas. Assim como diversas outras igrejas do período, essa divisão fazia referência respectivamente a um posicionamento alheio às questões políticas ou mais ativo em relação a essas questões. Os motivos que ensejam essa divisão são particulares em cada igreja, no caso da Igreja Católica, as questões sociais como: desemprego, corrupção e miséria já tomavam conta do imaginário da ala progressista. Portanto, esse grupo acreditava que um posicionamento mais persistente na política poderia transformar a realidade social e ao mesmo tempo combater o inimigo “em comum” com a ala conservadora: os comunistas (Oliveira e Oliveira, 2008).

Foi nesse cenário que o caráter multiclassista da IECLB resultou em uma aliança inesperada com a Igreja Católica. Se uma vez foram opositores na Europa pelas reformas Luteranas do século XVI, agora formam uma aliança de cunho sociopolítico no Brasil (Freston,

1993). Essa aliança ficou marcada por um aspecto em comum pertencente às duas igrejas: a Teologia da Libertação para as comunidades de base (Oliveira e Oliveira, 2008; Freston, 1993). A Teologia da Libertação prega a mudança da realidade pela preocupação com os direitos humanos e questões sociais como relatado por Noronha (2012):

Fazem parte do seu ideário a crítica ao sistema capitalista, revelando que ele produz a idolatria ao dinheiro, e a crítica à ideologia do desenvolvimento econômico. Esta última é criticada pela Teologia da Libertação (T.d.L) por que ao invés de trazer soluções para os problemas como o desemprego, desigualdade social, ela gera consequências negativas para os pobres. Os teólogos da libertação não rejeitam o progresso econômico, o que eles fazem é analisar os resultados gerados pelo desenvolvimento levando em consideração a vida dos pobres. Como por exemplo o desenvolvimento do agro-capitalismo em que seres humanos são trocados por carneiros ou pelo gado, sendo por isso forçados a sair do ambiente rural e ir para os centros urbanos. Essa saída forçada do ambiente rural provocou muitos problemas, um deles foi a mudança da relação de trabalho, pois proprietários de terras que antes não tinham patrões passam à condição de proletários no ambiente urbano, vivendo uma realidade totalmente diferente daquele que viviam. (Noronha, 2012, p.186)

Esse processo de urbanização relatado por Noronha (2012) foi também causador da perda progressiva de fiéis da igreja católica. Ao longo dos anos as igrejas enfrentaram dificuldades de encontrar pastores capacitados para o meio urbano (Freston, 1993). Simultaneamente, os fiéis brasileiros da Igreja Luterana também abandonavam a religião por falta de uma identidade nacional, pois o Luteranismo ainda era visto como uma “Igreja de Alemães” por seu longo histórico eclesiástico de migração (Freston, 1993).

## 2.2 O Protestantismo de Missão

Distinto do protestantismo luterano, o protestantismo de missão é outra vertente que tomou destaque no Brasil. Em contraste com o anterior, essa tradição divergia pelo fato de institucionalizar o pensamento da construção de uma identidade nacional protestante, ou seja, tinham como objetivo conquistar adeptos brasileiros (Freston, 1993a). No entanto, os protestantismos de imigração e de missão tinham como semelhança a rejeição de práticas pentecostais sendo estas: glossolalia, exorcismos, profecias e curas. Freston (1993a) argumenta que no início do século XX, *Protestantismos Históricos*, isto é, as tradições diretamente herdadas das reformas protestantes da Europa, representavam as classes mais altas, enquanto que o pentecostalismo era pertencente às classes menos favorecidas. Segundo Freston (1993a), “A partir dos anos 60, surgem cismas pentecostalizantes (ou “carismáticos”) nas igrejas

históricas. Estes representaram não a descida das igrejas históricas para as massas brasileiras, mas a subida e adequação desses fenômenos para novos patamares sociais.”

Sendo assim, é importante entender a expansão do pentecostalismo no Brasil, o que exploraremos no capítulo a seguir. No entanto, cabe ressaltar que o protestantismo histórico ainda conseguiu desenvolver-se em diversas frentes angariando público nacional e operando uma verdadeira transformação em suas tradições. Nesses exemplos cabe dar destaque às igrejas metodista, presbiteriana e batista, importantes para entender o desenvolvimento do protestantismo histórico no país mas que não serão aprofundadas no presente trabalho.

### **3 O PENTECOSTALISMO: DE “COISA DO SATANÁS” A “IRMÃO VOTA EM IRMÃO”**

No presente capítulo trataremos do desenvolvimento do pentecostalismo no Brasil.

#### **3.1 Origens**

Segundo Freston (1993a), o pentecostalismo brasileiro resultou de um movimento que surgiu nos Estados Unidos. O “*holiness*” teve suas raízes no metodismo estadunidense no século XIX e foi também responsável por ampliar o conceito de “batismo no espírito santo”, ou seja, uma vida livre de pecados após uma introdução inicial (Freston, 1993). Foi a partir da cisão de pequenos grupos “*holiness*” que o pentecostalismo se originou. Logo esse grupo adotou como evidência do batismo no espírito santo a *glossolalia*, prática de falar em línguas tidas como divinas. A glossolalia foi adotada também pela crença de que o fim do mundo era iminente (Freston, 1993a).

Para entender o pentecostalismo precisamos olhar para seu aspecto sociopolítico de adoção pelas classes mais desfavorecidas. Sua origem estadunidense se relaciona a esse fator pela sua grande difusão entre imigrantes em condições de exploração industrial em seus anos iniciais. Após a importação para o Brasil não foi diferente, o pentecostalismo brasileiro difundiu-se principalmente entre classes menos abastadas por seu caráter carismático que contrastava com as práticas do protestantismo histórico.

Portanto, o desenvolvimento e ampliação do pentecostalismo brasileiro pode ser estudado em três ondas: 1910, 1950 e 1960. Descrevendo esses períodos é possível observar uma mudança institucional nas igrejas pentecostais em relação às suas antecessoras protestantes históricas e a inserção gradual do pentecostalismo na política do Brasil (Freston, 1993b).

#### **3.2 A Primeira Onda Pentecostal (1910)**

Nesse quesito, destaque deve ser dado à Assembleia de Deus (AD). Igreja de origem Sueca, ganhou notoriedade no nordeste brasileiro no início do século XX. Sua popularidade foi consequência de um processo de expansão na população de baixa renda no Brasil e seu perfil de fiel fora importado da Suécia, tendo em vista que sua origem remete a grupos suecos marginalizados, contribuindo assim para evitar o que Freston (1993a) chama de

“aburguesamento precoce”, garantindo seu crescimento nas classes populares. Portanto, a AD cresce gradativamente ao longo dos anos e toma o monopólio do campo religioso pentecostal por 40 anos até o início da segunda onda em 1950 (Freston, 1993a).

Além disso, quando se trata de ativismo político, a primeira onda de implantação das igrejas pentecostais ficou marcada pelo intenso apoliticismo herdado do protestantismo histórico, que outrora enxergava a política com desinteresse por tratar de questões exclusivas do Brasil. Agora os pentecostais viam a política como “coisa do satanás” e a tratavam como assunto mundano que nada dizia respeito à religiosidade (Freston, 1993a).

### **3.3 A Segunda Onda Pentecostal (1950)**

A década de 1950 marca a ascensão acelerada do pentecostalismo no Brasil. Destaque aqui é dado para a Igreja Brasil para Cristo (BPC), pioneira no investimento em mídias televisivas pentecostais e no uso de estádios, cinemas e ginásios para grandes eventos religiosos. A partir desse período já é observável uma mudança institucional em algumas igrejas pentecostais quanto à tradição apolítica e anti midiática presentes em seu nascimento.

Podemos observar a partir desse período uma forte fragmentação no pentecostalismo. As igrejas dividiram-se por discordâncias teológicas ou eclesiásticas, levando até à independência de algumas igrejas das suas respectivas antecedentes norte americanas, como no caso da Igreja Quadrangular que ganhou grande destaque no período da segunda onda e consequentemente se desvinculou da sua representante californiana (Freston, 1993b).

### **3.4 A Terceira Onda Pentecostal (1970)**

A terceira onda do pentecostalismo no Brasil foi marcada pela inserção mais ativa dos evangélicos na política do país. O número de cargos no legislativo aumentou gradualmente e há uma significativa mudança no posicionamento de algumas igrejas em relação à política. O movimento de conquista da classe média baixa nas igrejas é aprofundado, cada vez mais os cultos tornavam-se carismáticos e os líderes evangélicos tentavam diversificar o meio de expansão das igrejas pentecostais. Segundo Casarões (2020) uma das variáveis que pode explicar a alta adesão das igrejas Pentecostais nas classes menos favorecidas é o uso da Teologia da Prosperidade e do Domínio em seus cultos e discursos:

Em linhas gerais, o projeto de poder (neo) pentecostal se sustenta sobre dois pilares: a teologia da prosperidade e a teologia do domínio. Apesar de terem origens tão antigas quanto o próprio protestantismo, ambas as teologias ganharam força nos Estados Unidos do pós-segunda guerra e foram rapidamente exportadas para outros cantos do mundo. A fusão desses movimentos, conhecida como neopentecostalismo ou “terceira onda pentecostal”, popularizou-se a partir das décadas de 1970 e 1980. Suas principais características são o abandono dos traços sectários e ascéticos do pentecostalismo e a busca de adaptação às transformações sociais, sobretudo relativas aos valores, interesses e práticas da sociedade do consumo. (Casarões, 2020, p.2)

A teologia da prosperidade diz respeito às possíveis recompensas materiais decorrentes da fé em Cristo e defende que o Cristão está destinado à prosperidade material na vida mundana, enquanto que a Teologia do Domínio diz respeito à luta pela evangelização utilizando meios de comunicação partindo do pressuposto de que eles estão tomados pelo “mal” (Casarões, 2020). A Teologia do Domínio em particular era utilizada como pressuposto para o apoliticismo das igrejas. Essa linha de pensamento fazia com que os líderes e fieis enxergassem a política e os políticos como “coisa do satanás”, resultando em um posicionamento alheio às questões políticas. Essa lógica se inverte a partir dos anos 1980 como exploraremos nos próximos capítulos (Cowan, 2014).

Outro fator que contribui para o crescimento gradativo do pentecostalismo em 1980 é a prática de algumas igrejas quanto ao arrecadamento massivo de recursos dos fieis para financiar a estrutura organizacional da igreja, bem como seus grandes cultos e a compra de concessões televisivas (Freston, 1993a). Uma figura emblemática desse movimento foi o bispo Edir Macedo, que além de fundador da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), construiu uma base parlamentar sólida em meados de 1990 e conseguiu comprar a quinta maior rede televisiva do Brasil no momento: a rede Record (Freston, 1993a).

Após cerca de mais de 20 anos de ditadura militar, o Brasil se viu imerso na redemocratização. Agora, com o anúncio de uma nova constituinte, diversos grupos sociais que antes foram suprimidos, puderam inserir-se formalmente na política nacional (Trevisan, 2013). No caso dos Pentecostais, houve apenas um incremento na quantidade de candidaturas, considerando que mesmo que pequena e sem apoio oficial das igrejas, havia uma representação pentecostal na câmara dos deputados (Freston, 1993b).

Portanto, a partir da constituinte, os evangélicos intensificam a mudança institucional das igrejas, abandonando o “crente não mexe com política” para adotar o “irmão vota em irmão” (Trevisan, 2013).

#### 4 A FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA E A AGENDA CONSERVADORA

A partir da década de 1980, os evangélicos começam a enxergar a política como uma oportunidade de defender seus interesses e perpetuar a Teologia do Domínio (Trevisan, 2013). A partir desses pressupostos foi criada a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que apesar do seu nascimento informal na constituinte, só foi reconhecida como força política na Câmara dos Deputados a partir de 2003 (Trevisan, 2013). Esse fato, segundo o Art 2º do ato de número 69 de 2005<sup>1</sup>, é consequência do requisito de haver pelo menos um terço da Câmara dos Deputados interessada na constituição de uma Frente Parlamentar. Portanto, a Frente Parlamentar Evangélica só é regulamentada a partir de 2013 (Cowan, 2014).

A atuação da FPE desde sua criação é focada em pautas moralistas e conservadoras como um reflexo bastante claro do posicionamento político dos pentecostais ao longo do século XX. Desde a segunda onda o apoio pentecostal era enfatizado em candidaturas conservadoras em meio ao apoliticismo e à mudança institucional das igrejas. Vale ressaltar também que muitos líderes evangélicos apoiavam a ditadura militar em contraste com algumas alas do catolicismo progressista (Cowan, 2014).

Portanto, respaldados pela Teologia do Domínio e pelo que chamavam da “iminência de uma crise moral”, a frente buscou atrasar ou coibir pautas progressistas, atuando massivamente em temas relacionados aos costumes e implantando assim o conservadorismo na agenda política do legislativo (Quadros e Madeira, 2018). Trevisan (2013) argumenta que:

Através dessas estratégias, os parlamentares evangélicos buscam revestir o argumento religioso que justifica muitos de seus posicionamentos com argumentos mais “técnicos” ou jurídicos. A defesa de seus interesses e valores não está mais amparada na Bíblia, mas na Constituição Federal. Assim, justificam seu posicionamento contra o casamento homossexual, por exemplo, não porque a Bíblia o condena, mas porque a Constituição reconhece a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar. Esse argumento é questionado na medida em que a Constituição não veta a união homossexual apenas por não mencioná-la. Foi justamente essa a justificativa para a decisão do Supremo Tribunal Federal em maio de 2011, aprovando a união civil entre casais do mesmo sexo, na

---

<sup>1</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Ato da Mesa nº 69, de 10 de novembro de 2005. **Dispõe sobre a criação de frentes parlamentares**. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 10 nov. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html>. Acesso em: 30 set, 2024.

medida em que o artigo 226, parágrafo 3 da Constituição não define que a união estável deve ser reconhecida como entidade familiar apenas quando entre homem e mulher. De todo modo, a formação jurídica de muitos parlamentares e assessores evangélicos os capacita a busquem brechas na lei para justificar seus posicionamentos, da mesma forma que advogados comumente fazem para defender uma determinada interpretação da lei. (Trevisan, 2013, p.36)

Além disso, Quadros e Madeira (2018) exploram outro momento em que o conservadorismo da Bancada Evangélica emerge às vistas do público:

Ainda sobre o debate em torno dos direitos dos gays, aqueles que se associam à FPE formaram uma das principais barreiras à aprovação do Projeto de Lei nº 122/06, o qual pretendia equiparar a discriminação contra homossexuais ao racismo, o que qualificaria aqueles que a praticam como responsáveis por crime imprescritível e inafiançável. Alguns parlamentares evangélicos, além de manifestarem sua contrariedade nas comissões da Câmara, passaram a difundir volumosas críticas ao projeto nos meios de comunicação e promoveram um abaixo-assinado que somou 1 milhão de assinaturas. A fim de celebrar o feito, lideranças entregaram o documento à presidência do Senado em 1º de junho de 2011 e, na mesma data, mobilizaram 25 mil pessoas em uma manifestação diante do Congresso a fim de pressionar o parlamento e atrair a atenção da opinião pública (...) (Quadros e Madeira, 2018, p.500)

Logo, é importante estudar a agenda política da Frente Parlamentar Evangélica devido à sua capacidade de mobilização e capilaridade nos partidos políticos vigentes. Segundo Quadros e Madeira (2018) não há um comportamento homogêneo na FPE quanto à votação de propostas devido ao seu caráter suprapartidário, entretanto, as lideranças da frente podem mostrar similaridades discursivas, abrindo margem para estudos voltados ao discurso e à produção legislativa como proposto no presente trabalho.

## **5 A NOVA DIREITA EMERGE NO BRASIL: CONSERVADORISMO E LIBERALISMO**

Segundo Freedon (2003), as macro ideologias políticas são caracterizadas pela tentativa de estabelecer um padrão reflexivo a fim de lidar com as principais dificuldades encontradas pela sociedade, sendo elas: liberalismo, conservadorismo, comunismo, socialismo, fascismo, entre outros. Essas macro ideologias não se limitam às fronteiras institucionais e permeiam de certo modo o comportamento político da sociedade.

Segundo Rocha (2018), o neoliberalismo é uma ideologia decorrente da macro ideologia do liberalismo, nesse caso, ele defende que haja um distanciamento parcial do Estado quanto às questões do mercado. Ou seja, o Estado deve suprir as necessidades do mercado somente do ponto de vista jurídico, fornecendo uma base normativa para o mercado operar sem interferências posteriores do Estado (Rocha, 2018).

Para analisar ideologicamente os partidos no final do século XX, uma variável se destacava: o apoio ou oposição ao governo ditatorial. A escala ideológica Direita/Esquerda era fortemente influenciada aos olhos da população pelo posicionamento quanto ao período da Ditadura Militar. Partidos herdeiros do sustentáculo do governo militar hesitavam em se posicionar à direita do espectro político, em contraste com a redemocratização que florescia no país. Sendo assim, iniciou-se um processo de centralização política empreendido pela Direita no Brasil (Quadros e Madeira, 2018; Tarouco e Madeira, 2010).

Entretanto, ao longo da década de 1970, o neoliberalismo ganhou força na agenda política do Brasil, sendo importado a partir do movimento do empresariado descontente com as medidas do então presidente militar Ernesto Geisel, caracterizado como “Campanha Contra a Estatização” resultando na ampliação do debate sobre privatizações na esfera pública (Rocha, 2018). Portanto, outra camada se soma às dimensões políticas necessárias para analisar o posicionamento ideológico dos partidos políticos: a estatização ou privatização da economia (Madeira e Tarouco, 2010).

Segundo Quadros e Madeira (2018), a renovação geracional das instituições no Brasil seria um dos motivos para o enfraquecimento do fenômeno da direita envergonhada. No

entanto, os autores também defendem que a crise política originada na primeira década do século XXI se mostra como um dos fatores que influenciam fortemente esse enfraquecimento. O desagrado de alguns setores da sociedade com políticas públicas progressistas e escândalos de corrupção seria também grande influenciador da ascensão da nova direita no Brasil.

Portanto, a nova direita surge como uma confluência entre o conservadorismo no campo dos costumes e o neoliberalismo no campo econômico (Rocha, 2018). Além disso, a retórica *anti-establishment* é altamente adotada pelos atores desse grupo ideológico e isso pode explicar a sua popularidade a partir dos escândalos de corrupção dos governos petistas (Borges, 2023). Conseqüentemente, esses atores se concentraram em torno da candidatura do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que compartilha da retórica anti-sistema garantindo-lhe a vitória nas eleições presidenciais de 2018 (Borges, 2023).

## 6 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem quantitativa, visto que mesmo se tratando de análise textual, a sistematização dos dados trabalhados é de natureza quantitativa (Carlomagno e Rocha, 2016). Ademais, o estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica. Quanto aos fins, o trabalho se caracteriza como exploratório, tendo em vista que a proposta é mensurar a relevância da agenda da nova direita entre os temas das PECs da FPE na 56ª legislatura.

Observar as propostas de emenda constitucional pode dar luz a diversas questões sobre posicionamentos dos atores políticos e suas agendas devido ao seu caráter de alta exposição ao debate público. Além disso, nesse tipo de atividade legislativa as clivagens ideológicas tornam-se mais aparentes (Tarouco, 2022).

No presente trabalho, o objetivo é analisar o conteúdo das justificativas de propostas de emenda constitucional apresentadas por deputados federais pertencentes à Frente Parlamentar Evangélica entre 2019 e 2022, bem como compará-los aos demais deputados. Para isso, foi aplicado um modelo de aprendizagem de máquina não supervisionado, a fim de descrever os principais tópicos abordados nos textos de justificativa das PECs de deputados da FPE. Além disso, foi realizada uma análise descritiva dos dados textuais. O software utilizado para tratar, manipular e analisar os dados foi a linguagem R e os dados foram coletados da página oficial de dados abertos da Câmara dos Deputados<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Dados Abertos. Disponível em: <https://dadosabertos.camara.leg.br/swagger/api.html?tab=api>. Acesso em: 01 out, 2024

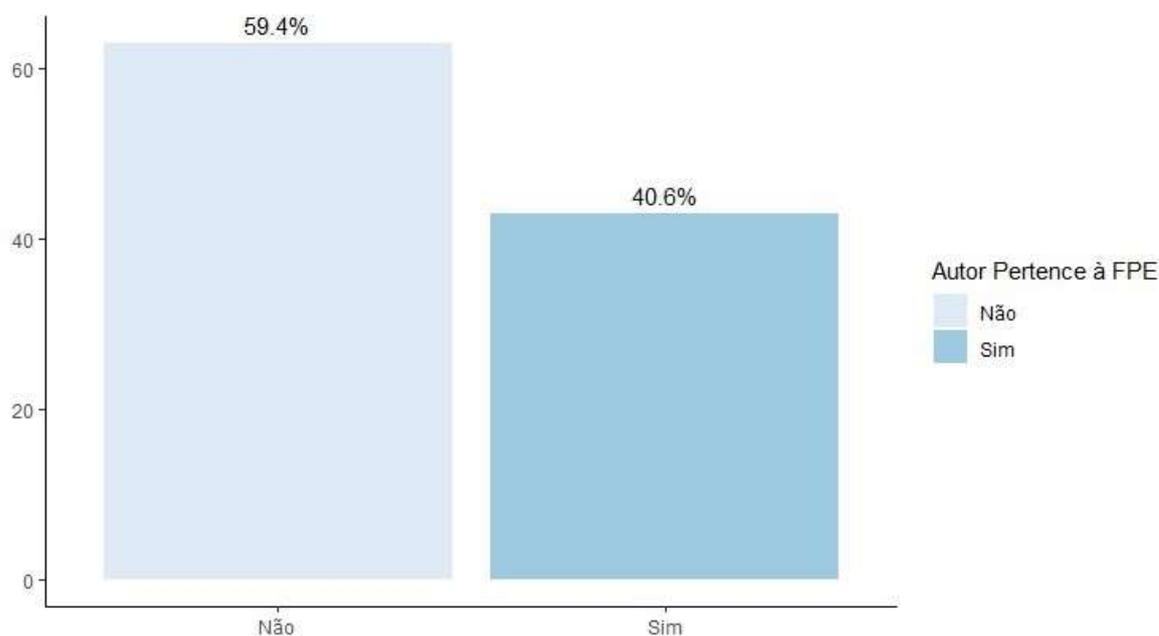
## 7 RESULTADOS

Aqui, desenvolvemos a análise proposta anteriormente:

### 7.1 Estatísticas Descritivas das justificativas das PECS na 56ª Legislatura

Após a limpeza inicial dos dados foi verificado que houve 106 propostas de emenda à constituição entre 2019 e 2022, dentre as quais 43 foram apresentadas por integrantes da Frente Parlamentar Evangélica.

**Gráfico 1:** Percentual de PECS apresentadas: 2019 - 2022



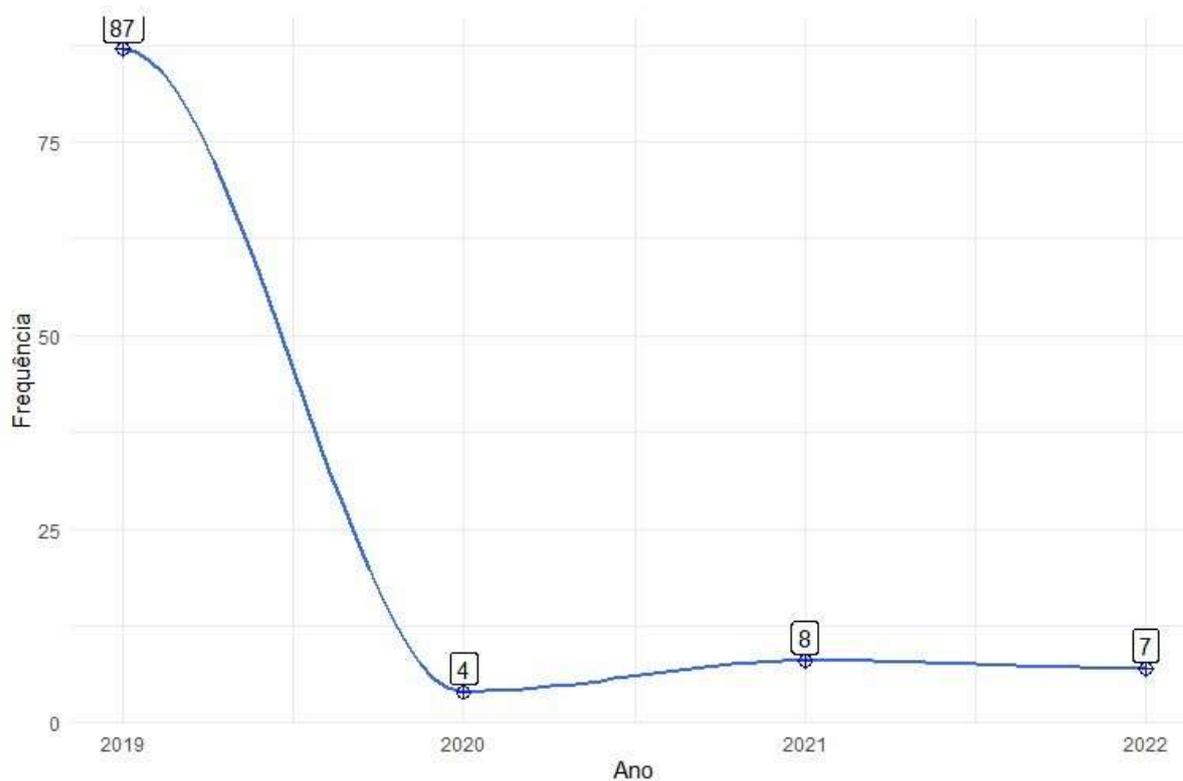
Fonte: Dados da Câmara<sup>3</sup>, 2024

Além disso, foi possível observar uma queda na quantidade total de proposições no período estudado. Como mostra o gráfico 2, das 106 proposições, 87 foram apresentadas apenas no ano de 2019. Razões para esse achado são desconhecidas, no entanto, acreditamos que forte

<sup>3</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Dados Abertos. Disponível em: <https://dadosabertos.camara.leg.br/swagger/api.html?tab=api>. Acesso em: 01 out, 2024

influenciador para esse fenômeno foi a pandemia global de COVID-19 que coincide com o período analisado.

**Gráfico 2:** Total de Proposições por ano

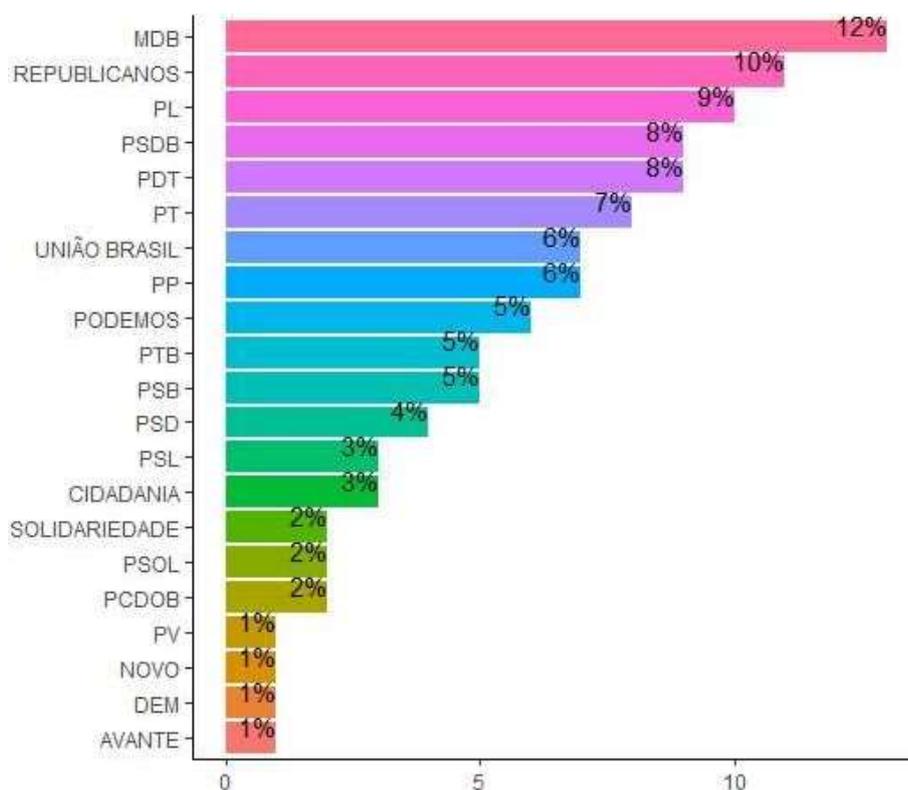


Fonte: Dados da Câmara<sup>4</sup>, 2024

Quanto à divisão de Propostas de Emenda à Constituição por Partidos, o maior proponente no período foi o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), totalizando 13 proposições que correspondem a 12% do total.

---

<sup>4</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Dados Abertos. Disponível em: <https://dadosabertos.camara.leg.br/swagger/api.html?tab=api>. Acesso em: 01 out, 2024

**Gráfico 3:** Percentual de PECS por Partido

Fonte: Dados da Câmara<sup>5</sup>, 2024

Após o MDB, o Republicanos é o partido com maior percentual de propostas, atingindo 10%. O Republicanos, apenas 1 ano após sua fundação em 2005, conseguiu a filiação do então vice-presidente do Brasil José Alencar no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (REPUBLICANOS 10, 2024). Na 56ª legislatura foram 30 deputados eleitos, formando assim a oitava maior bancada da Câmara no momento. Em seu manifesto, pode se observar claramente a retórica da nova direita de apoio ao conservadorismo no campo dos costumes e do livre mercado no campo econômico:

<sup>5</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Dados Abertos. Disponível em: <https://dadosabertos.camara.leg.br/swagger/api.html?tab=api>. Acesso em: 01 out, 2024

Nosso Manifesto enaltece a necessidade de ordem, respeito e disciplina como forma de garantir a sobrevivência e o avanço da humanidade, como já foi no passado. Nossa postura é fundamentada nos valores cristãos, temos a família como alicerce da sociedade, preservamos a soberania nacional, a livre iniciativa, a liberdade econômica e o progresso tecnológico(...). O conservador clássico, ao contrário do que alguns imaginam, não é um radical. É antes um agente moderador, defensor do equilíbrio, do bom senso, e tem sua conduta pública e privada bem distante dos extremos. Obviamente que não abrimos mão daquilo que acreditamos, mas sabemos conviver muito bem com o contraditório e com quem pensa diferente de nós. (REPUBLICANOS 10, 2024)

Entretanto, observar apenas os Partidos que atuam no campo da reforma constitucional não é o bastante, faz-se necessário estudar o conteúdo dessas propostas. Para isso, foi criado um *corpus* de palavras, de onde foram removidas as pontuações, números e símbolos. Além disso, todas as letras foram transformadas em minúsculas e as palavras reduzidas ao seu radical. Foi criada também uma lista de palavras excluídas para conseguirmos identificar melhor os termos mais importantes para a análise, resultando na seguinte nuvem de palavras dos textos de justificativas das PECs de todos os deputados do gráfico 4:



O Brasil, em questões eleitorais, tornou-se refém da juristocracia do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em pleitos realizados por meio de sistema eletrônico, é corolário lógico, decorrente do princípio da publicidade, a imposição de que o eleitor, ainda dentro da cabine de votação, possa ver e conferir, com seus próprios recursos, o conteúdo de documento durável, imutável e inalterável que registre seu voto. Trata-se do mesmo princípio que exige que os candidatos e representantes dos partidos, possam conferir o conteúdo de cada registro de voto apurado. Apesar do totalitarismo concentrado no órgão eleitoral, o Congresso brasileiro desde 2001, atento aos avanços do voto eletrônico no mundo, tem buscado acompanhá-lo, para atribuir maior legitimidade e transparência ao sistema eleitoral. Nada obstante, há anos, o TSE insiste, de forma obstinada, em não seguir as recomendações e tendências seguidas por todo o restante do mundo democrático. (Bia Kicis, PL, 2019)

Também conseguimos observar uma possível preocupação com temas referentes à organização dos três poderes pela frequência de termos como: “Congresso” (86 aparições), “legislativo” (67 aparições), “executivo” (67 aparições), “Judiciário” (62 aparições).

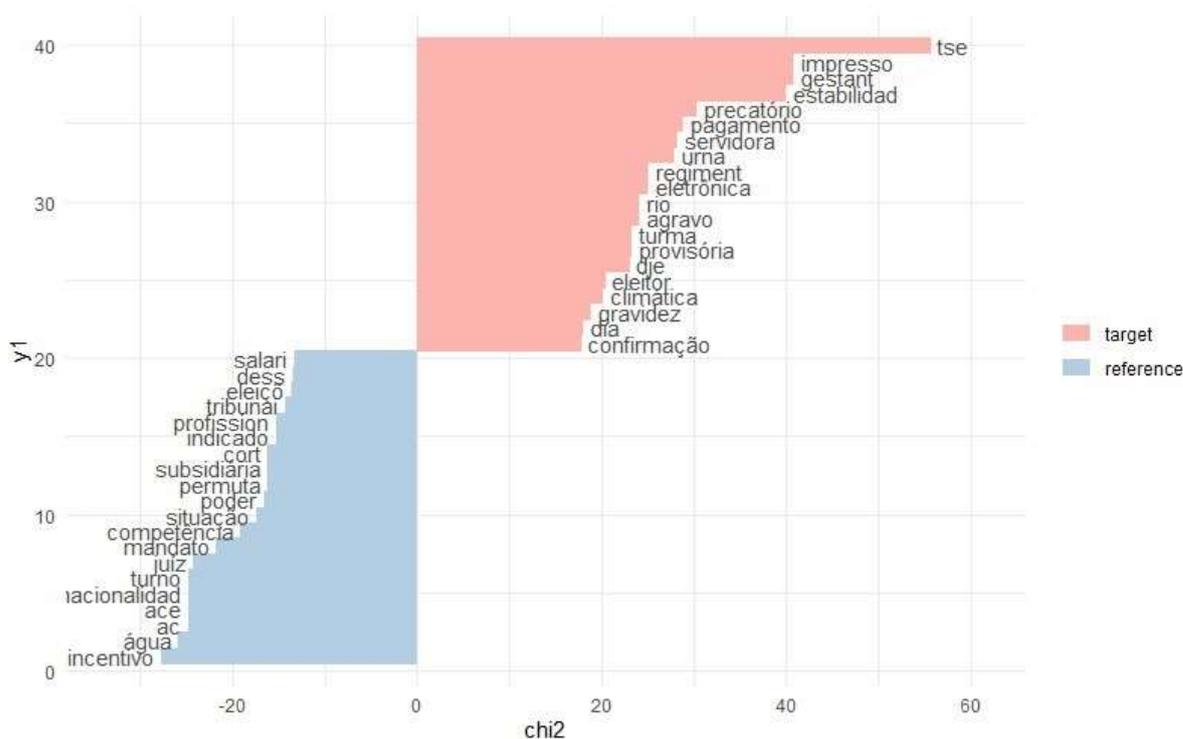
## 7.2 Justificativas da FPE

Comparando os termos mais utilizados entre os parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica e o restante da Câmara, a PEC do voto impresso pesa na análise. Acreditamos que seja por conta da extensão e repetição de palavras ao longo da justificativa como podemos observar no gráfico 5 onde o eixo X é uma taxa de associação *Chi-Squared* em que ele mede a diferença entre a frequência observada de uma palavra em cada conjunto e a frequência esperada se não houvesse associação. Portanto, as palavras localizadas ao lado direito do gráfico 5 contém alta associação com o grupo da FPE (target) quando comparado aos demais deputados (reference). Além disso, é possível observar que o radical “gestant”<sup>7</sup> tem alta associação ao grupo FPE, mostrando uma potencial preocupação com questões trabalhistas como será abordado nas páginas seguintes.

---

<sup>7</sup> O enquadramento do radical “gestant” na categoria de questões trabalhistas é realizado pois esse radical aparece mais frequentemente na PEC 163/2019 do deputado Ruy Carneiro, que trata dos direitos de licença maternidade para servidoras públicas.

**Gráfico 5:** Termos mais utilizados: Bancada Evangélica X Câmara.

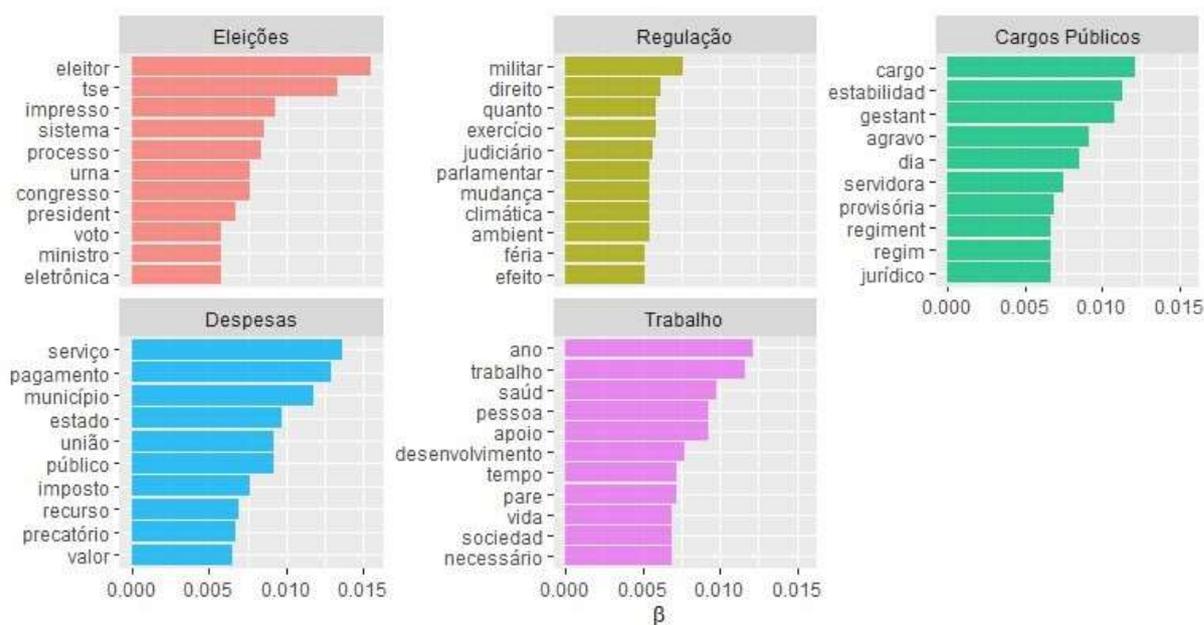


Fonte: Dados da Câmara<sup>8</sup>, 2024

O Latent Dirichlet Model (LDA) tem como pressuposto que cada documento é uma mistura de vários tópicos e que cada tópico é formado por uma mistura de palavras que possuem diferentes probabilidades de aparecer nos tópicos. O objetivo do modelo é descobrir a proporcionalidade de palavras por tópico permitindo que o pesquisador consiga inferir a temática dos documentos (Izumi e Moreira, 2018). O número de tópicos retornado pelo modelo fica a critério do pesquisador. Para escolher o número de tópicos, foi efetuado um cálculo de perplexidade que pode fornecer quão bem um modelo consegue prever as palavras de um tópico, ou seja, quanto menor a perplexidade, melhor a qualidade dos tópicos retornados. No entanto, uma baixa perplexidade pode também retornar tópicos incoerentes pois o cálculo de perplexidade não leva em consideração o contexto. Tendo isso em vista, a escolha do número de tópicos também deu importância à coerência em relação aos documentos. A partir disso foi escolhido para o modelo 5 tópicos divididos da seguinte forma:

<sup>8</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Dados Abertos. Disponível em: <https://dadosabertos.camara.leg.br/swagger/api.html?tab=api> Acesso em: 01 out, 2024

Gráfico 6: Tópicos da Bancada Evangélica



Fonte: Dados da Câmara<sup>9</sup>, 2024

O tópico “Eleições” diz respeito a questões eleitorais como a “PEC do voto impresso”, enquanto que o tópico “Regulação” se refere a propostas que tentam regular as normas relacionadas aos mandatos do legislativo. Como exemplo há a PEC 03/2021 do deputado Celso Sabino, que tenta fortalecer a proteção do mandato legislativo usando como referência a prisão de Daniel Silveira, acusado de tentar incitar a subversão da ordem política por meio de declarações nas redes sociais (Câmara dos Deputados, 2021).

O tópico “Cargos Públicos”, se refere a assuntos que dizem respeito à regulação das normas trabalhistas dos servidores públicos, como a PEC 163/2019 que propõe ampliar as regras de estabilidade para servidoras gestantes de todos os níveis da burocracia estatal. “Despesas” se refere aos gastos e questões financeiras do Estado. Como exemplo temos a PEC 223/2019 que trata de um novo prazo para o pagamento de precatórios pelos Estados. Por fim, o tópico “Trabalho” trata especificamente de questões trabalhistas, como é o caso da PEC 155/2019 que propõe antecipar de 16 para 14 anos a idade mínima para o exercício de trabalho diurno não perigoso.

<sup>9</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. Dados Abertos. Disponível em: <https://dadosabertos.camara.leg.br/swagger/api.html?tab=api> Acesso em: 01 out, 2024

Portanto, é possível perceber que durante a 56ª legislatura as propostas de emenda constitucional da Frente Parlamentar Evangélica se concentraram primordialmente em: I) Mudar as regras do jogo da burocracia estatal; II) Regulação dos gastos públicos; III) Questões Trabalhistas<sup>10</sup>.

Nenhum destes cinco principais tópicos identificados corresponde à agenda conservadora da nova direita, o que contraria as expectativas inspiradas na literatura sobre conservadorismo e bancada evangélica. Isso pode se dever à natureza dos textos analisados. As justificativas das PECs podem apelar para estes tópicos mesmo quando a mudança constitucional proposta seja em outros assuntos. A agenda conservadora da FPE pode também estar sendo avançada não através da proposição de PECs, mas de outros tipos de atividade legislativa (projetos de lei ou bloqueio de proposições progressistas por exemplo).

---

<sup>10</sup> Foi realizada uma análise qualitativa de quais PECS estavam mais relacionadas a cada um dos tópicos e a partir disso, as 3 categorias foram elaboradas a partir do seguinte raciocínio: I) tópicos que envolvem mudanças referentes ao legislativo, executivo e judiciário, bem como eleições; II) Tópicos que envolvam despesas e tributações de municípios, entidades, órgãos públicos e entre outros; III) Questões estritamente trabalhistas da população, esse tipo de tópico no contexto do serviço público ficou agregado no categoria “I”.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento e ampliação da Nova Direita no Brasil tem como pilares: I) a expansão do conservadorismo apoiado por setores religiosos; II) A ampliação do neoliberalismo; III) O fortalecimento da retórica anti-sistema; IV) O declínio da direita envergonhada. Portanto, tomando como pressuposto a influência política dos evangélicos nos direitos fundamentais dos cidadãos pelo emendamento constitucional, faz-se necessário estudar a agenda da FPE e entender sua dinâmica de atuação legislativa.

O presente trabalho buscou descrever a agenda constitucional da Frente Parlamentar Evangélica a fim de responder como esse grupo incorporou o discurso da nova direita na 56ª legislatura. Foi encontrado que os parlamentares da FPE priorizam temas voltados à burocracia estatal, regulação dos gastos públicos e questões de cunho trabalhista, contrastando com a literatura que mostra sua atuação em outros setores da atividade legislativa como focada em questões referentes ao conservadorismo.

A consequência deste achado é que, ao contrário do esperado, não é possível afirmar que a FPE tenha incorporado, através da proposição de emendas constitucionais, a agenda conservadora da nova direita. Este resultado abre como agenda de pesquisa identificar com mais precisão como a FPE alavanca sua agenda e se esta agenda realmente coincide com prioridades conservadoras da nova direita. É possível que o *status quo* constitucional no Brasil já seja suficientemente conservador, liberando os deputados da FPE para enfatizarem outras estratégias.

No entanto, é válido ressaltar como limitações do trabalho que foi encontrada uma queda significativa no número de PECs no período analisado, fazendo com que haja certa interferência na análise dos dados. Analisar períodos mais amplos, analisar a mudança substantiva que cada PEC propunha em relação ao *status quo*, fazer testes de comparação com conteúdo de PECs de outros deputados são desafios que não puderam ser enfrentados nos limites deste TCC, mas constituem agenda para os desdobramentos futuros da pesquisa.

## 10 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Bancada na Eleição**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/bancada-eleicoes-antiores>. Acesso em: 01 out. 2024.
- CARLOMAGNO, M; ROCHA, L. **Como Criar e Classificar Categorias para Fazer Análise de Conteúdo: Uma Questão Metodológica**. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, v.7, n.1, p.55, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771>. Acesso em: 10 Set. 2024
- BORGES, A. Antipetismo, antipartidarismo e mobilização eleitoral populista: determinantes do apoio à nova direita *antiestablishment*. In.: VIDIGAL, R; BORGES, A. **Para entender a nova direita brasileira: polarização, populismo e antipetismo**. Editora Zouk, 2023, p.393-417.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Deputado Daniel Silveira é preso por ordem do ministro Alexandre de Moraes**. Câmara dos Deputados, 17 fev. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/728380-deputado-daniel-silveira-e-preso-por-ordem-do-ministro-alexandre-de-moraes/>. Acesso em: 03 out. 2024.
- CASARÕES, G. **Religião e poder: a ascensão de um projeto de “nação evangélica” no Brasil?** São Paulo: Interesse Nacional, n. 49, p. 9-16, abr./jun. 2020.
- COWAN, B. “‘Nosso terreno’: crise moral, política evangélica e a formação da ‘nova direita’ brasileira”. *Varia História*, vol. 30, nº 52, 2014.
- FRESTON, P. **Protestantes e Política no Brasil: Da Constituinte ao Impeachment**. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1993a.
- FRESTON, P. **Brother Votes for Brother: The New Politics of Protestantism in Brazil**. In: GARRARD-BURNETT, Virginia; STOLL, David (orgs.). *Rethinking Protestantism in Latin America*. Philadelphia: Temple University Press, 1993b. p. 66-110.
- IZUMI, M. MOREIRA, D. O texto como dado: desafios e oportunidades para as ciências sociais. *BIB*, São Paulo, n. 86, 2/2018. pp. 138-174, 2018.
- MADEIRA, M. TAROUÇO, G. (2010). **A “direita envergonhada” no Brasil: como partidos reinterpretem seus vínculos com o regime militar?**. V Congresso Latinoamericano de Ciência Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.
- MADEIRA, M. TAROUÇO, G. (2013). **“Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos.”** *Debates* 7(2): 93-114.
- MARIANO, R. “Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública”. *Civitas*, vol. 11, nº 2, 2011. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrio.br/ojs/index.php/civitas/article/view/9647>> Acesso em: 10 Set. 2024

OLIVEIRA, L Barbosa; OLIVEIRA, T. **A teoria da libertação e sua utilização nos grupos de jovens ligados à igreja católica nas décadas de 70 e 80.** In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 1., 2008, Campina Grande. Anais [...]. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2008. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/handle/riufcg/36396>. Acesso em: 26 set. 2024.

QUADROS, M. P. dos R., & MADEIRA, R. M.. (2018). **Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil.** *Opinião Pública*, 24(3), 486–522.

REPUBLICANOS 10. **Nossa história.** Disponível em: <https://republicanos10.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 01 out. 2024.

REPUBLICANOS 10. **Manifesto e Programa.** Disponível em: <https://republicanos10.org.br/manifesto-e-programa/>. Acesso em: 01 out. 2024.

ROCHA, C. **Menos Marx, mais Mises? Uma gênese da nova direita brasileira (2006 - 2018).** 2018. 233. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

TAROUCO, G. (2024). **Brazilian Parties in the xxi Century and the Conservative Agenda of the New Right.** *Desafios*, 36(2), 1-24.  
<https://doi.org/10.12804/revistas.uosario.edu.co/desafios/a.13806>

TREVISAN, J. **A Frente Parlamentar Evangélica: força política no estado laico brasileiro.** *Juiz de Fora: Numen - Revista de Estudo e Pesquisa da Religião*, v. 16, n. 1, p. 581-609. 2013.